



Grupo de Pesquisa Epistemologias do Sul,
Decolonialidade e Estudos de Gênero
IFAM - Campus Iranduba

CARTA DE REPÚDIO CONTRA O RACISMO RELIGIOSO E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO AMAZONAS

Iranduba, 30 de junho de 2026

O **Grupo de Pesquisa Epistemologias do Sul, Decolonialidade e Estudos de Gênero**, vinculado ao Instituto Federal do Amazonas (IFAM) - Campus Iranduba, na pessoa de sua líder, **Profa MSc. Roberta Enir Faria Neves**, e sua vice-líder, **Profa MSc. Ana Paula Conceição Amorim Pedrosa**, vem a público manifestar seu veemente repúdio à ação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) ocorrida na noite do último sábado, 27 de junho.

O episódio, que consistiu na invasão do Centro Religioso Mina Jêje-Nagô Nossa Senhora da Conceição, localizado na Zona Norte de Manaus, interrompeu de forma violenta os festejos sagrados de São João e do Turco Jatuarana. A ação policial resultou na apreensão de instrumentos sagrados, como os tambores Batás, sob a justificativa de atendimento a uma denúncia de perturbação do sossego.

Enquanto grupo de pesquisa que adota a "**Rebeldia Epistêmica**" e o respeito à "Ancestralidade e Território" como bússolas de atuação, compreendemos que este ato não é um fato isolado. Trata-se de uma manifestação nítida da colonialidade do poder e do racismo estrutural e religioso que historicamente marginaliza e criminaliza as populações de matriz africana. O paradigma afrocêntrico nos ensina que a desorientação e o descentramento impostos aos povos negros visam anular sua agência e sua cultura. Interromper um rito religioso e apreender seus instrumentos sagrados é uma tentativa de silenciar a voz e a memória ancestral que resiste e (re)existe na Pan-Amazônia.

Apoiamos integralmente a Associação Religiosa Afro-Brasileira no Amazonas (Aratrama) em sua denúncia formal junto ao Ministério Público Federal (MPF) e à Ouvidoria-Geral do Sistema de Segurança Pública do Amazonas. A acusação de racismo religioso, injúria racial e abuso de autoridade deve ser apurada com o máximo rigor.

Diante da gravidade dos fatos, pontuamos nossas exigências e posicionamentos:

- Exigimos transparência e celeridade na condução do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pela Diretoria de Justiça e Disciplina (DJD) da Polícia Militar do Amazonas.

- Reivindicamos o cumprimento das garantias constitucionais de liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos, valores que a própria PMAM declarou respeitar em nota oficial.
- Apoiamos a retomada imediata dos compromissos firmados no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2014, garantindo medidas efetivas de proteção às comunidades tradicionais de terreiro.
- Reafirmamos nosso compromisso de utilizar a ciência, a pesquisa e a extensão como instrumentos de libertação social, justiça epistêmica e combate prático a todas as formas de opressão.

Não aceitaremos que o Estado atue como agente perpetuador da intolerância. O conhecimento, o respeito e o Bem-Viver são direitos inegociáveis. O Sul é o nosso Norte.

Grupo de Pesquisa Epistemologias do Sul, Decolonialidade e Estudos de Gênero

IFAM - Campus Iranduba